



INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO PSD SOBRE A “OPERAÇÃO MARQUÊS” E O ESTADO DA JUSTIÇA EM PORTUGAL

12 de abril de 2021

1 - A situação política e social decorrente da decisão instrutória da denominada “Operação Marquês” presta-se às mais diversas intervenções de caráter demagógico e populista.

A opção que a Justiça tomou ao renunciar à adequada discricção que se lhe exige, e ao optar por seguir o caminho da investigação-espetáculo, levou a que dificilmente as decisões judiciais a proferir por quem de direito, não viessem a ser alvo de um generalizado escrutínio popular.

Um escrutínio por parte dos que têm formação técnica para o efeito, mas, acima de tudo - e muito justamente - por parte do cidadão comum, já que, durante largos anos, ele foi parte integrante de um processo, para o qual as instâncias judiciais o decidiram conscientemente convocar.

As constantes violações do segredo de justiça durante a fase de investigação e a intoxicação da opinião pública com todo o tipo de histórias - falsas ou verdadeiras - é um caminho que a Justiça, e em particular muitos agentes do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, decidiram seguir desde há uns anos a esta parte.

É assim com este processo e tem sido assim com muitos outros processos, triturando na praça pública culpados e inocentes e, acima de tudo, triturando-se a Justiça si própria, e descredibilizando-se de forma dramática à luz dos princípios de um Estado de Direito Democrático.

Se é certo que o Regime está doente - muito doente - a Justiça é, dentro dele, o seu pior exemplo.

2 - O PSD renuncia a cavalgar o clima político que se instalou na decorrência da decisão instrutória da “Operação Marquês”, evitando, assim a demagogia e o conseqüente agravamento do descrédito em que a Justiça se colocou.



Mas o PSD não renuncia a voltar a defender - tal como eu tenho repetido vezes sem conta desde há anos a esta parte - que a Reforma da Justiça é a primeira das reformas que Portugal tem de fazer.

À hipocrisia de se dizer que o que está a acontecer, *"é a Justiça a funcionar"*, eu respondo, mais uma vez, que o que está a acontecer *"é a Justiça a não funcionar"*.

O mesmo se pode dizer da hipocrisia que traduz a repetida afirmação de *"à justiça o que é da justiça, e à política o que é da política"*, quando todos sabemos que num Estado de Direito Democrático é obrigação dos órgãos de soberania, legitimamente eleitos, definir um quadro legislativo coerente e eficaz e assegurar os recursos técnicos e humanos para que a soberania da Justiça seja credibilizada e respeitada, e as suas decisões sejam verdadeiramente independentes.

3 - Pela primeira vez na história deste regime, foi afirmado por um juiz num processo penal a indicição de um ex-primeiro-ministro pela prática de crimes de corrupção; que, no entanto, não podem ir a julgamento, porque prescreveram ou porque a prova recolhida, apesar de o provar, não pode ser utilizada.

O povo - esse mesmo que o sistema de Justiça convocou para acompanhar a par e passo este processo - é exatamente o mesmo que não entende esta decisão.

As decisões da Justiça têm de ser entendidas pelo povo. Quando não o são, é a Justiça a não funcionar. Dizer o contrário é negacionismo. E é, acima de tudo, procurar fugir ao problema para, assim, se sacudir a responsabilidade de algo se ter de fazer, ou seja, para que tudo continue na mesma, numa degradação lenta e perigosa.

É certo que a Justiça acusou esse mesmo ex-primeiro-ministro de graves crimes de branqueamento de capitais e de falsificação de documentos. É certo, também, que esta não é a sentença final. Mas nada livra, mais uma vez, o sistema judicial de não estar capaz de responder, em tempo útil e oportuno, aos anseios de um Estado de Direito Democrático.

Quantos anos já passaram e quantos vão ainda passar até à sentença final?

4 - A morosidade da Justiça não só nos chamados megaprocessos, como também noutras jurisdições, é outro grave problema que se arrasta há muitos anos, sem que tenha havido, da parte dos agentes judiciais ou dos responsáveis políticos, qualquer vontade de mexer no sistema. Um sistema, com uma ineficácia absolutamente inaceitável; porque quando a Justiça não é feita em tempo útil, pura e simplesmente, não é Justiça.



5 - A primeira ação que encetei a seguir a tomar posse como Presidente do PSD em fevereiro de 2018, foi, em coerência com tudo o que até aí tinha dito, a de elaborar um documento de trabalho que contivesse algumas linhas de força que pudessem conduzir à assinatura de um pacto entre todos os partidos, para uma verdadeira reforma da Justiça.

Em julho desse ano, depois de largas dezenas de reuniões de trabalho, entreguei esse documento ao Sr. Presidente da República e a todos os líderes partidários para sua apreciação e eventual correção.

O resultado, para lá de um conjunto de reuniões inconsequentes, foi pouco mais do que zero. Esse resultado foi fruto da falta de vontade em mexer no sistema e de uma dominante cultura política, que, há muito, está incapaz de se mostrar aberta a entendimentos partidários alargados em nome do superior interesse nacional; seja por receio de afrontar interesses corporativos, ou por pôr em causa privilégios de minorias ou de poderes fáticos a quem só o *status quo* interessa. É por isso que quem se mostra disponível para esses entendimentos, é hoje automaticamente rotulado pelo sistema de colaboracionista, de político frouxo ou de oposicionista de fraca envergadura.

6 - Hoje, perante a evolução da "Operação Marquês", não faltarão os que entendem que se tem de revolucionar, para já não dizer, destruir tudo o que temos e construir de novo.

Não! Não é preciso revolucionar nem destruir tudo. Não são precisos extremismos, nem exageros. É apenas preciso reformar com coragem, seriedade e sem os habituais tiques corporativos.

A Justiça tem de ser independente, mas não pode ser como que um Estado dentro de outro Estado. A independência do poder judicial não pode significar que ele seja um mundo à parte. Se a Justiça já demonstrou não estar capaz de se atualizar e de se credibilizar, no sentido de conseguir responder aos justos anseios do povo português, então é óbvio que a responsabilidade por o conseguir tem de passar para a esfera do poder político - que, ao não o fazer, passa a ser, ele próprio, igualmente responsável.

O poder legislativo e o poder executivo, mas também o poder judicial, não podem, num Estado de Direito Democrático, ser insindicáveis. Não podem viver em compartimentos estanques, como que num mundo à parte que a todos nos condiciona.



Tem de haver responsabilização, tem de haver escrutínio, tem de haver transparência e tem de haver avaliação.

É para mim evidente, que, quando a Justiça não funciona, é da responsabilidade do poder político pô-la a funcionar.

7 - O caminho não é seguramente o do atual Governo, cuja marca mais relevante na Justiça é a da sua permanente preocupação em servir as corporações. São disso exemplo o forte aumento dos salários dos Magistrados - ao ponto de alguns poderem ganhar mais do que o próprio Primeiro-Ministro do País - e a subjugação socialista à narrativa, em nome de uma falsa independência, de que o Conselho Superior do Ministério Público tem de manter uma composição maioritária de Magistrados, em vez de uma maioria de cidadãos; porque, dizem, tal significaria politizar o combate à corrupção.

Qual a credibilidade dessa lengalenga corporativa e populista, quando o sistema assume que, mesmo que a corrupção exista, ele não está capaz de a julgar e, muito menos, condenar? Basta de hipocrisia e de falta de coragem.

8 - É esta hipocrisia e esta falta de coragem que têm feito crescer os movimentos políticos extremistas, designadamente de extrema-direita. Persegui-los e isolá-los não é a melhor solução. Essa, é a melhor forma de os fazer crescer.

A melhor forma de os combater e de estancar o seu crescimento, é termos a coragem de mudar o que tem de ser mudado. De reformar, com competência, com seriedade e sem oportunismos demagógicos.

9 - Se a indignação popular, relativamente à "Operação Marquês" atingiu o plano que facilmente seria de prever, que dizer, então, da gestão ruínosa que levou à resolução do BES, roubando centenas de pessoas e arruinando outras tantas, no maior escândalo financeiro da História de Portugal.

Que esperam os sistemas judiciais e de supervisão como reação dos portugueses, quando em crimes de ainda maior envergadura do que os da "Operação Marquês" nada acontece e ninguém é culpado?

É a prova máxima de que o País vive na impunidade; pelo menos no que aos mais poderosos concerne.

10 - Tal como, na altura, anunciamos, o PSD tem, neste momento, em funcionamento algumas comissões de trabalho no quadro da reforma do regime. Comissões para a



revisão constitucional, para a reforma do sistema político, para a reforma da Justiça e para a reforma dos seus próprios estatutos.

No quadro da reforma da Justiça, o trabalho consiste em atualizar o referido documento que, há quase 3 anos, facultamos aos demais partidos. Esse trabalho não será acelerado por causa da "Operação Marquês", com a habitual preocupação de, dessa forma, respondermos mediaticamente à voracidade dos dias. O nosso estilo não é responder aos problemas estruturais em função de estímulos conjunturais.

O PSD vai continuar a trabalhar nas suas propostas para uma grande reforma da Justiça, sendo certo que continuamos totalmente disponíveis para, com todos os demais, conseguir levá-la a cabo.

Se nada mudar, teremos, depois de passada esta indignação pública, a habitual letargia que irá continuar a degradar o regime, a reforçar os movimentos de perfil extremista e, assim, a caminhar em direção a um horizonte marcado por nuvens negras e ventos violentos.

Se algo mudar, se o poder político e o poder judicial tomarem consciência das suas responsabilidades, então, a "Operação Marquês", terá, pelo menos, conseguido ficar na História como um momento de viragem.

O momento em que os que têm vindo a negar o problema, resolveram assumir as suas responsabilidades perante um povo que, muito justamente, está descrente deste regime, que alguns, com coragem e abnegação, nos ofereceram há 47 anos atrás.

Tenhamos esperança. E esperemos que assim venha a acontecer.

Rui Rio

Porto, 12 de Abril de 2021